

DESTAQUE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013**ENTREVISTA** TEODORA CARDOSO Presidente do Conselho de Finanças Públicas

“Não acredito que o ajustamento seja sustentável”

É preciso rever “a sério” as despesas públicas, mas isso não significa necessariamente reformar o Estado.

Luís Reis Pires
luis.pires@economico.pt



A presidente do Conselho de Finanças Públicas não acredita nos resultados do Orçamento do Estado para 2013 (OE/13), nem que o ajustamento em curso, a continuar pelo mesmo caminho, seja sustentável.

Acredita neste Orçamento?

É muito difícil do lado das receitas elas produzirem todo o resultado previsto. Há riscos: do impacto que as próprias medidas vão ter na actividade económica e a previsão destas alterações de taxas é extremamente complicada. E, ainda, quando os impostos começam a subir a este ritmo há uma parte que será cada vez mais complicada, que é a tendência de evasão. Haverá um grande esforço para evitar isso, mas há coisas que são inevitáveis. E é preciso um grande controlo da despesa, que não tem sido famoso até agora.

O Governo deve rever as previsões?

Agora é capaz de já ser difícil... Era melhor se houvesse uma mudança na forma de trabalhar [com previsões mais prudentes à partida]. Devia haver no mínimo reservas de contingência, para se as coisas correrem mal se saber o que fazer. É muito importante, e não tem existido, um acompanhamento muito atempado da execução. Este ano levámos imenso tempo a identificar oficialmente a quebra nas receitas do IVA. Quando só a meio do ano se percebe que as coisas não vão ser cumpridas, é impossível emendar com medidas estruturantes. Temos de ir pelas temporárias, que não resolvem nada.

O acompanhamento deve ser feito por entidades independentes?

As medidas de política orçamental só devem ser tomadas pelo Parlamento e pelo Governo. Mas devem ser baseadas numa avaliação da situação de partida, que quanto mais objectiva for, melhor. Vários países têm o sistema de atribuir essa responsabilidade a organismos independentes que têm a res-

ponsabilidade de as avaliar e de haver um confronto de posições. Mas em Portugal nunca existiram essas previsões de base ao Orçamento, nem uma avaliação das próprias medidas. E faz falta.

Como se justifica que os riscos enumerados no OE não sejam incluídos nas previsões?

É a mesma ideia da Comissão Europeia: os riscos existem, são todos negativos, mas vamos pensar que são só de probabilidade zero.

Mas isso é ainda mais grave num programa que visa até cortar com as práticas do passado...

Exactamente. E nesse aspecto as organizações internacionais têm um papel que já poderiam ter exercido de serem mais exigentes. Mas eles também ficam um bocadinho... Se vão apresentar um programa que já é difícil, que já envolve uma grande austeridade, e se vão ainda incorporar esses riscos, assustam-se com o resultado. É claro que isso é melhor, porque ao assustarem-se, pensam no programa de uma forma mais realista.

O ajustamento será sustentável?

Verdadeiramente, não acredito. Para podermos dizer que desta vez é que é, temos que ir a sério às despesas. Mas de uma maneira diferente, não são os cortes horizontais. Há que gerir as despesas, analisá-las muito bem...

Chegámos ao limite dos cortes horizontais de despesa?

Penso que sim. Se não chegamos,

“

Para podermos dizer que desta vez é que é, temos que ir a sério às despesas. Mas de uma maneira diferente, não são os cortes horizontais, tem de se gerir as despesas.

estamos muito próximos.

Defende a reforma do Estado?

A reforma do Estado poderá ser depois, porque ao fazer a revisão de despesas, vão ter de se atribuir limites a organismos, a programas diferentes, e aí entra um lado de prioridades políticas. E nisso é que está a reforma do Estado. Como cada organismo é gerido, como se encaixa num limite de despesas, isso não vai mudar o produto, o ‘output’. Vai fazer com que o ‘input’ seja mais bem utilizado. Nunca tivemos isso em Portugal. Há um ‘micro-management’ do Ministério das Finanças...

Que é contraproducente?

É contraproducente, sim, porque estamos a substituir a gestão por um controlo quantitativo.

Os ganhos de eficiência no Estado não implicam o fim de algumas funções do Estado?

Não necessariamente.

Há áreas intocáveis?

Isso são decisões políticas. Não serão intocáveis, mas quase, porque os dois partidos de Governo não vão afastar-se muito delas. Dou um exemplo da saúde. Três blocos operatórios de ortopedia, muitíssimo bem equipados, com médicos suficientes, mas onde só pode funcionar um dos blocos e só durante umas horas porque só existe um anestesista para toda a área. Se já se sabia que não haveria dinheiro para recrutar mais gente, não valia a pena adquirir equipamentos caríssimos. Têm de ser os responsáveis destas coisas a fazer esta gestão, eles saberão se têm ou não pessoas e quais as condicionantes.

O mal é haver uma gestão quase de folha de excel?

Sim. E não pode ser. É preciso saber que nestas matérias que envolvem equipamentos caríssimos, é preciso utilizá-los da melhor maneira. E isso é verdade para tudo, porque toda a gestão pode ser melhorada. Isso vê-se nas empresas privadas, que são capazes de adaptar os seus custos e volume de negócios ao mercado. E o Estado tem de actuar nesse sentido. Não é dizer que agora vamos privatizar a saúde, mas gerir a saúde, gerir um hospital para maximizar a sua eficiência é essencial. Até porque a saúde está cada vez mais cara e vai continuar a estar. ■

A presidente do Conselho de Finanças Públicas critica as previsões “pouco prudentes” do OE.

“Troika não se atreve a

Teodora Cardoso defende a necessidade de uma maior negociação do memorando.

O Estado, mais do que sobredimensionado, é mal gerido, diz Teodora Cardoso, que frisa que quem “apanha sempre” são os contribuintes, uma vez que nem a ‘troika’ se atreve a mexer com os grandes interesses empresariais.

Os ganhos de eficiência no Estado partem de um pressuposto errado, de corte de quatro mil milhões de euros?

Não sei se é errado, mas parece-me arbitrário. E não me parece que seja a melhor maneira de pôr a questão, nem sequer politicamente. Há toda a vantagem se for negociado ao nível dos dois maiores partidos. Quando o Governo se apresenta para uma

negociação já dizendo o que decidiu, não é a melhor maneira. Não é o processo mais transparente... E a avaliação das despesas parece ter sido feita agora pelo FMI.

Não foi, nem pode ser. Não pode ser de cima. Tem que ser feito com os próprios envolvidos. E isso é uma parte muito importante desse tipo de exercício: o envolvimento dos próprios serviços.

Mas até a própria metodologia parece já vir definida...

É isso. E não é o melhor caminho. Francamente acho que precisava de ser uma coisa mais negociada. É claro que a negociação tem que ter baías, não é dizer que quero negociar isto toda a vida e no fim não se faz nada. É uma coisa que às vezes as negociações conduzem. O Governo tem de saber o que

PONTOS-CHAVE

▶ “Quando só a meio do ano se percebe que as coisas não vão ser cumpridas, é impossível emendar com medidas estruturantes, temos de ir pelas temporárias, que não resolvem nada.”

▶ “Há toda a vantagem se [o programa de reforma do Estado] for negociado ao nível dos dois maiores partidos. Quando o Governo se apresenta para uma negociação já dizendo o que decidiu, não é a melhor maneira.”

▶ “O programa da ‘troika’ tem um problema. Tem muitas medidas estruturais, mas não é um programa. São muitas medidas avulso.”

Paula Nunes



meter-se com os grandes interesses”

quer e tem de ter um método e um programa de actuação, mas tem de ser transparente naquilo que quer.

Temos Estado a mais para os impostos que pagamos?

Na medida em que realmente continuamos a ter défice, é verdade.

Não será um Estado mal gerido em vez de sobredimensionado?

Esse é que é o ponto que falta. Enquanto não tivermos garantias de que ele é bem gerido, e aí realmente há muito para fazer, não serve de muito. No fundo as receitas são um bem que todos os serviços públicos comungam. Um que gaste mais beneficia disso, mas quem paga não são eles. Quem paga são os contribuintes. Isto é um problema de gestão política também muito complicado e que é preciso corrigir. Porque se se deixa se-

guir as coisas nesse sentido, aqueles que têm mais força negocial – normalmente são os grupos pequenos coesos que conseguem absorver melhor porque podem fazer mais força – levam mais e os outros não podem fazer nada. O caso mais claro é o dos contribuintes, que apanham sempre.

O Governo e a ‘troika’ têm sido tão implacáveis como deviam face aos grandes interesses?

Não. Isso é mais difícil, é politicamente muito difícil. A ‘troika’ não se atreve a meter-se nisso, quanto muito exprime a necessidade. Mas não é a ‘troika’ que pode resolver isso. E, de facto, é preciso resolver. Há vantagem em dar transparência a estas coisas. Porque se o público em geral – e sobretudo os contribuintes – perceber quais as engrenagens que estão por trás de determinados gastos e determinadas vantagens que alguns têm, também ajuda a cortar a sua possibilidade de continuarem a pressionar para que eles sejam protegidos e outros que paguem. Há aqui muita necessidade de transparência em tudo isso, que não é uma tradição nossa, e que precisa de passar a ser. ■ **L.R.P.**

E ^{HD} **t** **v**

No canal 16 da **ZON** e **Meo**, no canal 200 do **Vodafone Casa TV**, **Optimus Clix** e na posição 9 da **Cabovisão**

“O problema do programa da ‘troika’ é que são medidas avulso”

As medidas estruturais do programa de ajustamento deviam ser mais focadas.

Teodora Cardoso diz que o programa da ‘troika’ tem um problema: não é um programa estruturado, são medidas avulso.

As reformas estão a ser pensadas de forma correcta?

As medidas vão na direcção certa, mas não há um pacto. O que vi nos países que tiveram grandes crises e se ajustaram depressa foi um programa coerente e um pacto. Não é ficar à espera que o ministro da Justiça vá negociar com os juizes e que daí a uns meses consiga uma melhoria. Daí até que se atinja o tal objectivo que é preciso...

Estamos condenados a ficar mais pobres?

Houve um esforço/investimento grande que o País fez, por exemplo, em educação, que não devia ser perdido. Precisávamos do tal programa que estimulasse mais o emprego mais qualificado. Estamos só a ir para os cortes salariais tem um grande problema, é que nunca chegaremos à Ásia, e se lá chegarmos...

...mal de nós.

Sim. E isso torna ainda mais necessário o tal programa de estruturação. Dentro da Europa, como conseguimos competir? Por exemplo, os países de Leste, que se geriram bem, começaram com salários muitíssimo mais baixos do que os nossos, mas hoje em dia já não estão lá. É isso que precisamos de fazer. Não é só o salário. É a estrutura da produção, é a produção virada para o exterior. Tem de se reforçar e ir por esse caminho que aproveite recursos cada vez mais qualificados e bem pagos.

O programa e as medidas deviam ser mais focadas?

Deviam. O programa da ‘troika’ nesse aspecto tem um problema. Tem muitas medidas estruturais, mas não é um programa. São muitas medidas avulso. Depois, é a tal história: até ao final do trimestre, normalmente há que publicar uma lei. Publicar uma lei não é fazer uma reforma estrutural, é pô-la em prática. Isto não é um programa. Agora, não é a ‘troika’ que é capaz de fazer isto, não tenhamos ilusões. Temos de ser nós.

É melhor a sobretaxa de 4% ser aplicada num subsídio ou mensalmente?

Não tenho uma resposta imediata. Esta história do 13º e do 14º meses é uma coisa que nunca devia ter existido. O que interessa é o rendi-

mento anual: se ele se divide em 14 ou em 12 não é particularmente relevante. Dizer que é o corte desses dois meses que vai fazer uma diferença muito grande relativamente a ser um corte nos 12 meses... Lá está: as pessoas adaptam-se depressa a essas coisas.

Voltando à reforma do Estado. É possível sem rescisões?

O Estado tem ido pelas reformas antecipadas. O problema é que reflectem-se em custos futuros. Mas, quanto mais cedo forem feitas, mais permitem a reestruturação dos serviços. Pior é os serviços irem-se mantendo, não sendo eficientes, porque não se pode fazer nenhuma forma de reequilíbrio do pessoal. E isso é preciso. Assim como é preciso mais pessoal qualificado.

Em menor quantidade e maior qualidade.

Claro. Isso é evidente em quase todas as áreas. O problema da qualificação é essencial. A vida é hoje mais complexa e o Estado, se tiver de se adaptar a todas as condicionantes, precisa de gente qualificada. E é precisamente essa que tem estado a sair.

Nesse aspecto, até a maneira como se contrata na função pública...

Exactamente...

Não há como fugir ao termo: compadrio político.

Exactamente. Já houve várias tentativas, diga-se, de concursos e não sei quê... Em geral, quando se tenta ir por aí, são tão complicados os procedimentos, que aquilo é uma coisa horrível, tenta-se logo arranjar uma maneira de escapar. Muitos dos concursos são feitos para seleccionar aqueles que já estão pré-seleccionados. E por isso é que eles são tão complicados: têm que pôr lá uma série de condições em que só aquele que já se escolheu antes é que cumpre. Acaba por ser uma ficção. É isso que tem que acabar. ■

“

O Estado precisa de gente qualificada. E é precisamente essa que tem estado a sair.